

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.618.964 - SP (2019/0339241-0)

RELATOR : MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE
AGRAVANTE : BRADESCO LEASING S.A ARRENDAMENTO MERCANTIL
ADVOGADOS : MARCELO TESHEINER CAVASSANI - SP071318
ALESSANDRO MOREIRA DO SACRAMENTO E OUTRO(S) - SP166822
AGRAVADO : DINORA GOMES MAIO SGARBI
ADVOGADOS : PÉRSIO MORENO VILLALVA - SP184815
MILTON VIEIRA DA SILVA - SP125065

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. NÃO OCORRÊNCIA. HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS. SÚMULA 283/STF. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DO ARTIGO VIOLADO. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO. ALÍNEA C. SÚMULA 284/STF. AGRAVO CONHECIDO PARA CONHECER PARCIALMENTE DO RECURSO ESPECIAL E, NESSA EXTENSÃO, NEGAR-LHE PROVIMENTO.

DECISÃO

Cuida-se de agravo interposto por BRADESCO LEASING S.A. ARRENDAMENTO MERCANTIL contra decisão que não admitiu o recurso especial, fundado nas alíneas *a* e *c* do inciso III do art. 105 da Constituição Federal, que desafiou acórdão prolatado pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo assim ementado (e-STJ, fl. 419):

Agravo de Instrumento. Ação revisional de arrendamento mercantil em fase de cumprimento de sentença. Devolução do VRG. Decisão que reconhece parcialmente o excesso de execução e imputa ao executado o pagamento das verbas de sucumbência do incidente. Discussão quanto ao cálculo da verba sucumbencial imposta na sentença e no incidente. Honorários advocatícios fixados na sentença que devem ser calculados após a compensação da dívida com as parcelas inadimplidas do contrato.

Inadimplemento voluntário da obrigação imposta na sentença que impõe o pagamento dos honorários advocatícios, fixados no art.

523, § 1º, do NCP, como decidido. Recurso parcialmente provido.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (e-STJ, fls. 436-439).

Nas razões do recurso especial (e-STJ, fls. 442-458), apontou a insurgente, além de dissídio jurisprudencial, a existência de violação aos arts. 85, §§ 1º e 2º, 525, § 1º, e 1.022, I, do Código de Processo Civil de 2015; bem como a existência de

dissídio jurisprudencial.

Sustentou, em síntese: i) a ocorrência de negativa de prestação jurisdicional; ii) que não impugnou o cumprimento de sentença, mas tão somente teria se manifestado sobre o laudo pericial nos autos após o trânsito em julgado da sentença e, por isso, não deveria ser condenada a pagar honorários sucumbenciais; e iii) divergência jurisprudencial em relação à devolução do valor do VRG.

Não foram apresentadas contrarrazões (e-STJ, fl. 474).

Juízo de admissibilidade negativo (e-STJ, fls. 475-478).

Brevemente relatado, decido.

Presentes os pressupostos de admissibilidade do agravo, passo ao exame do recurso especial.

Inicialmente, defende a recorrente a ocorrência de negativa de prestação jurisdicional, alegando que o Tribunal de origem foi contraditório no tocante à verba sucumbencial.

Todavia, observa-se que o Tribunal local foi claro no afastamento de tais teses recursais.

Veja-se às fls. 423-424 (e-STJ):

O magistrado reconheceu parcialmente o excesso de execução porque incluída indevidamente a parcela nº 12 no crédito da Agravada e determinou o prosseguimento da execução pelo valor remanescente R\$2.813,27 (fls. 356), impondo ao Executado/Agravante o pagamento das verbas de sucumbência decorrentes do incidente. Contra esta decisão foi interposto o recurso.

O recurso merece parcial provimento.

Tem razão o Agravante quanto ao cálculo da verba sucumbencial imposta na sentença. Os honorários advocatícios devem ser calculados em 15% sobre o valor da condenação, após a compensação do crédito da Agravante relativo às prestações não pagas do contrato de arrendamento mercantil, conforme decidido: “O direito à restituição é, assim, inegável, não obstante haja igual direito de compensação pelo réu, caso ainda sobeje débito contratual pendente, o que leva a necessidade de remeter as partes à liquidação de sentença, para as devidas apurações” (fls. 147).

Assim, correta a fixação da verba sucumbencial em 15% sobre o montante devido pelo Agravante - R\$6.428,23.

De resto, o inadimplemento voluntário da obrigação imposta na sentença impõe o pagamento dos honorários advocatícios, fixados no art. 523, §1º, do NCPC, exatamente como fixado na decisão

agravada.

Assim, não assiste razão à recorrente, quando defende a ocorrência de negativa de prestação jurisdicional. O acórdão recorrido apreciou fundamentadamente a controvérsia dos autos, apenas decidindo de forma contrária à pretensão da recorrente. Não há, portanto, contradição ensejadora de oposição de embargos de declaração, pelo que deve ser rejeitada a alegação de violação ao art. 1.022 do CPC/2015.

Relativamente aos honorários sucumbenciais, a Corte de origem entendeu que o inadimplemento voluntário da obrigação imposta na sentença no prazo fixado impõe o pagamento dos honorários advocatícios com base no art. 523, §1º, do CPC/2015. Assim, atentando-se aos argumentos trazidos pela recorrente e aos fundamentos adotados pelo Tribunal estadual, verifica-se que estes não foram objeto de impugnação nas razões do recurso especial, e a manutenção de argumento que, por si só, sustenta o acórdão recorrido torna inviável o conhecimento do apelo especial, atraindo a aplicação do enunciado n. 283 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. ALEGAÇÕES DE NULIDADE DE INTIMAÇÃO, PRESCRIÇÃO DO FEITO EXECUTIVO E IMPOSSIBILIDADE DE DECLINAÇÃO DE COMPETÊNCIA. ÓBICES SUMULARES E INOVAÇÃO RECURSAL. MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA. NÃO CABIMENTO, NESTA SEDE, UMA VEZ QUE AUSENTE O REQUISITO DO PREQUESTIONAMENTO.

1. A ausência de impugnação específica das razões pelas quais o Tribunal a quo deixou de conhecer da matéria atrai o óbice das Súmulas 283 e 284 do STF.

[...] 5. Agravo regimental a que se nega provimento. (AgRg no REsp 1443474/CE, Rel. Min. Og Fernandes, Segunda Turma, julgado em 02/06/2015, DJe 15/06/2015)

No que tange à alegação de existência de dissídio jurisprudencial, faz-se necessário consignar que a recorrente não apontou o dispositivo tido por violado a fim de viabilizar o conhecimento da insurgência sobre a matéria, **providência obrigatória inclusive para os reclamos interpostos pela alínea c**. Dessa forma, constata-se que a argumentação apresentada no recurso mostra-se deficiente, atraindo, assim, a incidência do verbete n. 284 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

Importa ponderar que o recurso especial é reclamo de natureza vinculada

Superior Tribunal de Justiça

e, para o seu cabimento, é imprescindível que se demonstrem de forma clara os dispositivos apontados como malferidos ou interpretados distintamente de outro tribunal pela decisão recorrida, sob pena de inadmissão.

Sobre o tema, confirmam-se os seguintes precedentes (sem grifos no original):

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. RESPONSABILIDADE CIVIL. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO. SÚMULA 284/STF. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. ALÍNEA "C". NÃO DEMONSTRAÇÃO DA DIVERGÊNCIA. REEXAME DO CONTEXTO FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA 7/STJ.

1. Hipótese em que o Tribunal local consignou que o conjunto probatório presente nos autos é capaz de atestar a prática de ato de improbidade administrativa praticado pelos ora agravantes decorrente de "contratação de pessoas que nunca prestaram regularmente serviços à edilidade" e "realização de despesas incompatíveis com combustível, restaurantes, churrascarias, choperias etc". (fl. 1.218, e-STJ).

2. O Recurso Especial, apesar de ter sido interposto com base na alínea "a" do permissivo constitucional, não indica, especificamente, o dispositivo de lei federal supostamente contrariado pelo acórdão recorrido. A simples menção a normas infraconstitucionais, feita de maneira esparsa e assistemática no corpo das razões do apelo nobre, não supre a exigência de fundamentação adequada do Recurso Especial. Dessa forma, ante a deficiência na argumentação, não se pode conhecer do Recurso Especial. Aplicação, por analogia, da Súmula 284/STF.

3. Com relação ao dissídio jurisprudencial, a divergência deve ser comprovada, cabendo a quem recorre demonstrar as circunstâncias que identificam ou assemelham os casos confrontados, com indicação da similitude fática e jurídica entre eles.

4. Ainda quanto à divergência jurisprudencial, segundo a firme jurisprudência assentada neste Superior Tribunal, a interposição do Recurso Especial com fundamento na alínea "c" não dispensa a indicação do dispositivo de lei federal ao qual o Tribunal de origem tenha dado interpretação divergente daquela firmada por outros tribunais. O não cumprimento de tal requisito, como no caso, importa deficiência de fundamentação, atraindo também a incidência do contido no enunciado 284 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

5. Além disso, é inviável analisar a tese defendida no Recurso Especial de que inexistente dolo, má-fé e enriquecimento ilícito, pois inarredável a revisão do conjunto probatório dos autos para afastar as premissas fáticas estabelecidas pelo acórdão recorrido.

Aplica-se, portanto, o óbice da Súmula 7/STJ.

6. Agravo Interno não provido (AgInt no AREsp 839.897/SP, Rel. Ministro Herman Benjamin, SEGUNDA TURMA, julgado em 15/12/2016, DJe 01/02/2017)

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL.

INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DO ARTIGO VIOLADO. SÚMULA Nº 284 DO STF. REEXAME DA MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA DOS AUTOS. SÚMULA 07 DO STJ. RECURSO NÃO PROVIDO.

1. O conhecimento do recurso especial interposto com fundamento na alínea "c" do permissivo constitucional exige, além da demonstração analítica do dissídio jurisprudencial, a indicação dos dispositivos supostamente violados ou objeto de interpretação divergente. Súmula 284 do STF.

2. O Tribunal de origem concluiu, após análise das provas dos autos, que não é cabível a indenização por danos morais no presente caso, uma vez que não se vislumbrou, no caso concreto, qualquer violação a direito da personalidade do recorrente. Alterar o entendimento do acórdão recorrido demandaria reexame do conjunto - fático probatório dos autos, o que é vedado em razão da incidência da Súmula 7 do STJ.

3. Agravo interno não provido (AgInt no REsp 1610194/PR, Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, QUARTA TURMA, julgado em 13/12/2016, DJe 02/02/2017)

Diante do exposto, conheço do agravo para conhecer parcialmente do recurso especial e, nessa extensão, negar-lhe provimento.

Publique-se.

Brasília, 18 de março de 2020.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator